

CPI ou CPMI ganha força e amplia cerco ao caso Master

Parlamento reúne assinaturas e cria grupo de trabalho no Senado

Por Beatriz Matos

Mesmo durante o recesso parlamentar, deputados e senadores têm intensificado as articulações políticas em torno do caso Banco Master. A coleta de assinaturas para a criação de CPIs e de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), somada à instalação de um grupo de trabalho no Senado, marca uma nova fase do embate institucional em torno das suspeitas de fraudes envolvendo a instituição financeira.

O caso do Banco Master envolve suspeitas de irregularidades em operações financeiras bilionárias que passaram a ser questionadas por órgãos de controle. Entre os principais pontos sob apuração está a venda de “títulos podres” ao Banco de Brasília (BRB), em operação estimada em R\$ 12,2 bilhões.

A escalada do caso colocou o Banco Master no centro de uma crise que extrapolou o âmbito administrativo e passou a mobilizar o Congresso Nacional.

No Senado, o senador Eduardo Girão (Novo-CE) informou já ter reunido 43 assinaturas para a abertura de uma CPI exclusiva da Casa, superando com folga o mínimo regimental de 27 apoios. Na Câmara e no Congresso, o



Carlos Moura/Agência Senado

Há pedidos já com assinaturas para instalar CPI do Senado ou Mista

deputado Carlos Jordy (PL-RJ) contabiliza 258 assinaturas para a instalação de uma CPMI — sendo 217 deputados e 41 senadores.

Pelo regimento, a comissão mista pode ser instalada após a leitura do requerimento na primeira sessão do Congresso subsequente ao protocolo, atribuição que cabe ao presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP).

Além dessas iniciativas, deputados também articulam CPIs restritas à Câmara, cujos pedidos

dependem de decisão do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB).

GT do Master

Paralelamente, o Senado instalou um grupo de trabalho no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para acompanhar as investigações relacionadas ao Banco Master.

A iniciativa foi anunciada pelo presidente da comissão, senador Renan Calheiros (MDB-AL), com instalação prevista

para o dia 4 de fevereiro. O colegiado terá autonomia para convocar autoridades, solicitar documentos e propor medidas legislativas voltadas ao aperfeiçoamento da fiscalização do sistema financeiro.

O grupo também deve realizar visitas institucionais ao presidente do STF, ministro Edson Fachin, e ao presidente do TCU, ministro Vital do Rêgo Filho.

Entre os pontos sob monitoramento estão operações financeiras envolvendo a venda de

carteiras de crédito ao Banco de Brasília e possíveis irregularidades em fundos de previdência.

Congresso na jogada

Para o jurista e cientista político Melillo do Nascimento, o avanço das iniciativas parlamentares reflete a dimensão política e institucional do caso.

“O tamanho e a complexidade do caso Master têm atraído os mais vários setores da política”, considera.

“Uma CPI pode lançar mais luz sobre o cipoal de relações e de investigações. O ideal, para uma investigação a partir do Congresso, seja CPI seja CMPI, é que se aprofunde também o papel dos parlamentares e as muitas pontas soltas que envolvem os parlamentares e as elites políticas. É preciso coragem, entretanto, para não ser algo meramente cosmético.”

Na avaliação do especialista, a própria condução das comissões tende a gerar impactos relevantes.

“Creio que a instalação, se ocorrer, trará impactos”, analisa Melillo.

“Pela sua instalação, pela definição do presidente e do relator, pela construção dos nomes das bancadas, pela posição dos presidentes da Câmara e do Senado, além do mérito.”

Bolsonaro na expectativa de domiciliar

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Termina neste domingo (25) o prazo para os agentes penitenciários apresentarem os resultados da perícia médica avaliando se o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem condições de saúde para cumprir sua pena na cela da Papudinha, no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal dentro do Complexo Penitenciário da Papuda, ou se há necessidade de ser transferido para um Hospital Penitenciário.

Quem avaliará o laudo dos profissionais de saúde será o ministro-relator da ação penal contra Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF). Alexandre de Moraes. Nesta quinta-feira (22), completaram-se dois meses da prisão do ex-presidente.

Condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente da República estava cumprindo pena na Superintendência da Polícia Federal (PF). Con-



Caberá a Moraes definir o destino de prisão de Bolsonaro

tudo, no dia 15 de janeiro, Moraes determinou a transferência de Bolsonaro para a Papudinha após familiares do detento alegarem que o lugar anterior não tinha as condições necessárias para atender aos problemas de saúde de Bolsonaro.

Mas ainda que o magistrado tenha transferido Bolsonaro para um espaço com melhores condições — ainda que este espaço carregue o estigma de se estar preso na Papuda —, aliados do ex-presidente seguem esperançosos de que a perícia médica acabe determinando a transferência dele para prisão domiciliar.

Essa esperança veio após um encontro presencial entre a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro com os ministros Alexandre de Moraes e o decano da Suprema Corte, Gilmar Mendes. No encontro, Michelle detalhou cronologicamente os problemas de saúde do marido e os remédios que ele precisa tomar, tal como os possíveis efeitos colaterais dos

medicamentos. Segundo informações nos bastidores, a conversa ocorreu em tom cordial.

Aliados

Paralelamente às tentativas de levar Jair Bolsonaro de volta pra casa, seguem as manifestações contrárias à prisão do ex-presidente feitas por aliados. Neste domingo (25) está previsto o fim da marcha de aliados políticos de Jair Bolsonaro contra a sua prisão. A caminhada, que começou nesta segunda-feira (19), partiu de Paracatu (MG) em direção a Brasília, totalizando 230 quilômetros.

Além disso, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), manifestou em suas redes sociais que visitará o ex-presidente na próxima quinta-feira (29) e reiterou que irá concorrer à reeleição para o governo de São Paulo na corrida eleitoral em outubro deste ano. A declaração pode ser interpretada como um aceno à família Bolsonaro.